



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

15 de Abril 2014



DIÁRIO CATARINENSE

Mais da metade das obras atrasada



LUIS ANTONIO HANGAI

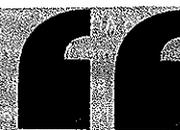
A maior parte do Pacto por SC, a principal aposta do governo estadual para alavancar obras e projetos em diversos setores públicos, ainda não saiu do papel. O conjunto de medidas que começou a ser operacionalizado entre fevereiro e março de 2013, quando a primeira leva de recursos federais chegou aos cofres do Estado, está em andamento, mas algumas ações previstas para começar no início deste ano sequer foram licitadas.

De 404 ações em cinco áreas, 272 estão atrasadas – 67,3% do total.

Outras 80 (19,8%) estão em dia e 13 (3,2%) já foram concluídas – 39 ações não têm informações atualizadas. As obras são dos pactos de Educação, Infraestrutura, Justiça e Cidadania, Saúde e Segurança Pública – o andamento dos investimentos em Cheia, Seca e Proteção Social não estava na relatório encaminhado ao DC pelo governo.

Entre as ações mais atrasadas estão as construções e reformas de escolas, na área de Educação, e de policlínicas, na Saúde. Segundo os relatórios da Secretaria de Planejamento, responsável por gerenciar a evolução do Pacto, os prazos de licitação para as obras em atraso foram prorrogados para os próximos meses.

Somente a área de educação, 186 obras não estão em dia com o primeiro prazo (ainda estão em fase



O Pacto é um conjunto de investimentos de quatro a cinco anos.

MURILO FLORES

Secretário de Planejamento

de licitação), enquanto 11 estão em andamento. Segundo a coordenadora do Pacto pela Educação, Karen Lippi, recentemente houve uma readequação nos projetos para que fossem priorizadas as obras em escolas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 15/04/2014
Assunto: Pacto por SC		Página: 06

DIÁRIO CATARINENSE

de Ensino Básico e Médio. Como um dos motivos do atraso ela aponta o maior tempo investido no planejamento dos projetos se comparado à concretização das obras.

– Elaboramos os projetos de tal forma para que não pudesse ocorrer nenhum tipo de custo adicional. O financiamento é fechado, é aquele valor, não tem como complementar. Trabalhamos mais no processo de planejamento. Agora fazemos análises nos projetos para que ocorra o mínimo de problemas no decorrer da execução da obra – disse ela.

A área com maior número de obras em dia é a Infraestrutura. São 10 concluídas (quatro previstas no programa original e seis que foram incluídas no programa depois do início) e 37 dentro do cronograma. Depois da Educação, o setor é o que tem mais

atrasos – 39 obras fora do prazo.

Para o secretário de planejamento e coordenador do Pacto, Murilo Flores, seria impossível concluir todas as obras previstas no último ano, uma vez que se trata de um planejamento a longo prazo.

– O Pacto é um conjunto de investimento de quatro a cinco anos. Seria impossível terminar este ano, nem se a gente quisesse. Tem obra que ainda vai começar em 2015. Só começamos a receber o financeiro e poder usar efetivamente os recursos entre fevereiro e março de 2013. No segundo semestre de 2012 ficamos assinando os contratos, lidando com a burocracia, negociando garantias com a União, todas as formalidades – alegou o secretário.

luis.hangai@diario.com.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 15/04/2014
Assunto: Pacto por SC		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Em cinco setores, mais da metade das obras do Pacto por SC estão atrasadas

Em cinco áreas do programa feito para alavancar o governo, 67,3% das medidas estão fora do prazo previsto inicialmente

A maior parte do Pacto por SC, a principal aposta do governo estadual para alavancar obras e projetos em diversos setores públicos, ainda não saiu do papel. O conjunto de medidas que começou a ser operacionalizado entre fevereiro e março de 2013, quando a primeira leva de recursos federais chegou aos cofres do Estado, está em andamento, mas algumas ações previstas para começar no início deste ano sequer foram licitadas.

De 404 ações em cinco áreas, 272 estão atrasadas – 67,3% do total. Outras 80 (19,8%) estão em dia e 13 (3,2%) já foram concluídas – 39 ações não têm informações atualizadas. As obras são dos pactos de Educação, Infraestrutura, Justiça e Cidadania, Saúde e Segurança Pública – o andamento dos investimentos em Cheia, Seca e Proteção Social não estava na relatório encaminhado ao DC pelo governo.

Entre as ações mais atrasadas estão as construções e reformas de escolas, na área de Educação, e de policlínicas, na Saúde. Segundo os relatórios da Secretaria de Planejamento, responsável por gerenciar a evolução do Pacto, os prazos de licitação para as obras em atraso foram prorrogados para os próximos meses.

Somente a área de educação, 186 obras não estão em dia com o primeiro prazo (ainda estão em fase de licitação), enquanto 11 estão em andamento. Segundo a coordenadora do Pacto pela Educação, Karen Lippi, recentemente houve uma readequação nos projetos para que fossem priorizadas as obras em escolas de Ensino Básico e Médio. Como um dos motivos do atraso ela aponta o maior tempo investido no planejamento dos projetos se comparado à concretização das obras.

– Elaboramos os projetos de tal forma para que não pudesse ocorrer nenhum tipo de custo adicional. O financiamento é fechado, é aquele valor, não tem como complementar. Trabalhamos mais no processo de planejamento. Agora fazemos análises nos projetos para que ocorra o mínimo de problemas no decorrer da execução da obra – disse ela.

A área com maior número de obras em dia é a Infraestrutura. São 10 concluídas (quatro previstas no programa original e seis que foram incluídas no programa depois do início) e 37



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dentro do cronograma. Depois da Educação, o setor é o que tem mais atrasos – 39 obras fora do prazo.

Para o secretário de planejamento e coordenador do Pacto, Murilo Flores, seria impossível concluir todas as obras previstas no último ano, uma vez que se trata de um planejamento a longo prazo.

– O Pacto é um conjunto de investimento de quatro a cinco anos. Seria impossível terminar este ano, nem se a gente quisesse. Tem obra que ainda vai começar em 2015. Só começamos a receber o financeiro e poder usar efetivamente os recursos entre fevereiro e março de 2013. No segundo semestre de 2012 ficamos assinando os contratos, lidando com a burocracia, negociando garantias com a União, todas as formalidades – alegou o secretário.

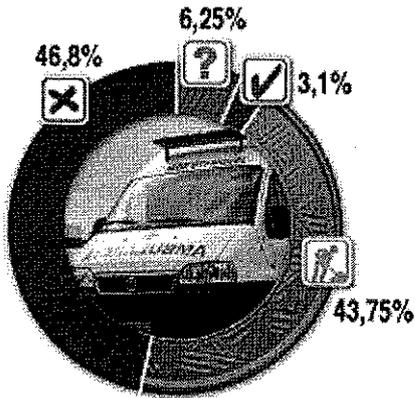


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

As ações em cinco áreas

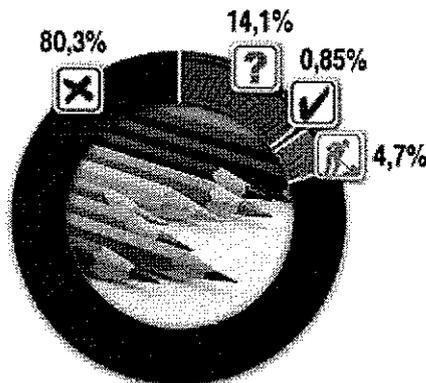
Atrasadas
 Em dia
 Concluídas
 Sem atualização
 Contrato rescindido

SAÚDE



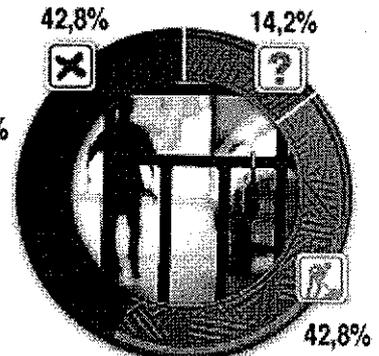
Construção de hospitais
 1 1
Ampliação e reforma de hospitais
 5 12
Construção de policlinicas
 9 1 1 2

EDUCAÇÃO



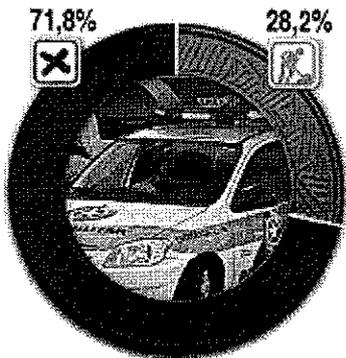
Estrutura escolar
 186 11 2 33

JUSTIÇA E CIDADANIA



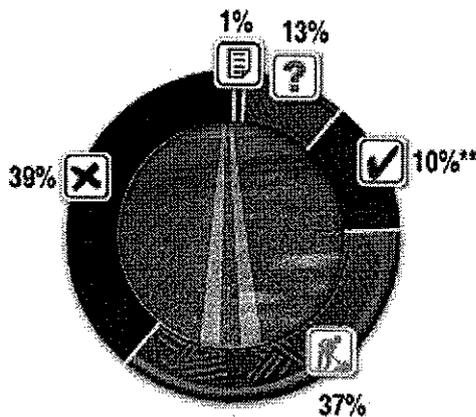
Novas unidades prisionais
 9 9 3

SEGURANÇA



Comunicação e monitoramento
 2
Obras físicas
 21 9

INFRAESTRUTURA



Construção e ampliação de estradas
 39 37 10 13

! A atualização do Pactômetro no site do DC é feita com base no primeiro relatório enviado pelo governo, em junho de 2013. Ao longo dos meses, muitas ações previstas tiveram seus prazos estendidos. A justificativa do Executivo para a alteração é de que há processos que levam mais tempo que o esperado ou que exigem ações adicionais – como concessões de licenças ambientais.

* Os dados dos pactos de: Cheias, Seca e Proteção Social não foram enviados ao DC pelo governo conforme solicitado.

** Seis obras foram incluídas depois do início do programa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 15P/04/2014
Assunto: Cartão de pagamentos		Página: Online



Governo estadual lança cartão para gastos emergenciais em escolas

O Governador Raimundo Colombo lança nesta segunda-feira, 14, o Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC), ferramenta que dará mais autonomia administrativa e financeira para gestores públicos executarem despesas emergenciais, além de ampliar o controle de gastos com adiantamentos. O lançamento está marcado para as 17 horas, no auditório da Secretaria de Estado da Administração, no Centro Administrativo.

A Secretaria de Estado da Educação é a primeira a aderir ao CPESC. Após projeto piloto lançado em novembro do ano passado com 12 escolas, o cartão será entregue a cerca de 1.100 diretores dos demais estabelecimentos de ensino da rede estadual. A meta do Governo é estender o cartão para as demais pastas do Executivo e também para os outros poderes do Estado.

O CPESC foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG/SEF). Para o secretário Antonio Gavazzoni, o cartão tem a condição de diminuir distâncias entre o governo do Estado e a sociedade catarinense. "Queremos trazer o cidadão para junto de nós, compartilhando a responsabilidade de construir um governo mais eficaz. O portador do CPESC será o governo mais próximo deste cidadão", afirma Gavazzoni.

Um dos objetivos do CPESC é evitar a descontinuidade dos serviços públicos por falta de material de consumo ou de serviços que exigem pagamento na hora. O valor máximo de gasto por item é de R\$ 400,00. O adiantamento não poderá exceder a R\$ 8 mil por ano para cada unidade administrativa vinculada a uma unidade gestora. Nas escolas, os limites são escalonados de acordo com o número de alunos. Cada portador do CPESC receberá uma cartilha que orienta a utilização do cartão.

Exclusivo para débitos, o cartão substitui os adiantamentos cujas despesas eram feitas por meio de cheques. "O cartão aumenta o controle e a transparência dos gastos com adiantamento. Ele permite o acompanhamento diário dos gastos e o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

bloqueio imediato em caso de irregularidades”, explica Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da SEF. Todos os gastos feitos com o CPESC estarão disponíveis no Portal da Transparência do Governo do Estado.

Vantagens do CPESC

O CPESC foi instituído pelo Decreto Estadual nº 1.949, de 19 de dezembro de 2013. As principais vantagens em relação ao adiantamento são:

Gestão Pública Eficiente – O CPESC permitirá ao gestor atender as necessidades urgentes, extraordinárias, imprevisíveis ou, ainda que previsíveis, de dimensões incalculáveis, da unidade administrativa a que está vinculado, evitando a descontinuidade do serviço oferecido à população e garantindo a eficiência da gestão pública.

Autonomia Administrativa – O cartão de pagamentos promoverá um modelo descentralizado de gestão pública, dando condições para a unidade administrativa realizar pequenas aquisições de materiais ou contratação de serviços de primeira necessidade, que, devido às circunstâncias, não poderão submeter-se ao regime normal de execução

Transparência e Controle Social – Todas as informações do cartão de pagamentos poderão ser acessadas pelo Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina (www.transparencia.sc.gov.br), permitindo à sociedade civil e aos meios de comunicação visualizar e emitir relatórios que vão desde os locais onde o cartão foi utilizado até os demonstrativos do montante das despesas aplicadas com o CPESC.